

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Engano da aparência



Assim, à primeira vista, parece que o Senado e a Câmara rabiscaram mais um risco desarmônico na partitura contraditória do Congresso sem coerência partidária, demandado na indisciplina do imprevisível, ao cassar o mandato do ex-deputado Jubes Rabelo e, quase simultaneamente, no mesmo dia, a intervalo de horas, enterrar a antecipação do plebiscito com a pá de cal de três votinhos a menos para alcançar os três quintos da severa exigência constitucional.

Ora, quando o Senado matou a emenda do senador José Richa, a Câmara ainda não tinha selado a sorte, com a sobra de 18 votos acima da maioria absoluta, do expoente político e intelectual da vitoriosa família rondoniana dos Rabelo e que, pelos feitos, equipara-se aos Maltas de Canapi.

Aí, portanto, rompeu-se o elo que poderia ligar as suas decisões na cadeia da incongruência. Realmente não faria sentido uma decisão favorável ao parlamentarismo e, em seguida, desmoralizar o Congresso até a última degradação.

Na verdade, foram duas votações distintas que nada têm em comum. Por isso mesmo, convém examiná-las separadamente, na avaliação das suas fontes inspiradoras e de seus eventuais desdobramentos.

Não ficam muito nem o presidente Collor nem o Senado nos ziguezague da trajetória da emenda que propunha a realização do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo para daqui a cinco meses. Afinal, ambos deram o dito pelo não dito, voltando atrás de votos e compromissos enfática e reiteradamente assumidos.

Os 53 votos que aprovaram a emenda na primeira rodada de votação minguaram para 46 no intervalo escasso de alguns dias. Ora, não se comprehende que senadores maiores de 35 anos, com a respeitabilidade de venerandos cabelos grisalhos, mudem de opinião e de voto apenas a um aceno do Planalto.

Mas, se os senadores acudiram ao apelo afilito do governo, fica difícil entender o sinuoso rastro deixado pelo presidente no episódio. Não tanto pelo desapreço à palavra empenhada junto aos tucanos que articularam a aprovação, mas por mais essa evidência da obtusa assessoria política do presidente.

Incrível que Collor tenha se deixado enredar, como um inocente desligado, em trama de tão ingênuo tessitura. Não se entende que tenha acreditado na inviável patranha de que a antecipação do plebiscito não ameaçaria, num segundo tempo, seu mandato presidencialista de cinco anos.

Ressalte-se a boa fé do autor da emenda, senador José Richa e dos que avalizaram a proposta da intocabilidade do mandato de Collor. Mas, em nome

de quem o compromisso seria assumido?

A conversa não cola, não engana o mais desatento pascácio.

Uma vez aprovada a emenda, o efeito cascata determinaria os lances seguintes, sempre, é claro, dependendo das circunstâncias. Com o governo em queda, inflação disparando e a popularidade em parafuso, a campanha do plebiscito seria toda conduzida contra o presidente. Se o eleitorado identificasse o voto contra o governo com o voto pelo parlamentarismo, o resultado seria justamente interpretado como o julgamento do governo.

Parlamentarismo aprovado pelo voto popular acenderia a luz verde para a desflagração de gigantesca campanha popular pela sua imediata adoção, através da lógica e consequente antecipação da revisão constitucional.

Lento como um retardado, o governo custou a reconhecer o buraco que se cavava aos seus pés com a sinalização do atalho para tangê-lo ao inferno de campanhas encadeadas, do plebiscito ao parlamentarismo.

Não é preciso mais: o Jair Meneguelli sacou o lance antes de o governo abrir os olhos enevoados e baços como de drogado.

Quanto à decisão da Câmara, ela não chega a surpreender. A Câmara é ruim, a pior de toda a nossa desigual experiência republicana. Mas, não perdeu o sentido de sobrevivência.

A margem da insensibilidade do bloco dos energúmenos e da piedosa solidariedade dos evangélicos — afinal, coerentes com os exemplos e feitos do bispo Macedo — ficou claro que a instituição não resistiria ao esguicho de lama da cumplicidade assumida com o pô.

O reconhecimento ao esforço irrepreensível do presidente, deputado Ibsen Pinheiro, para assegurar presença maciça, meio caminho para a cassação profilática, não obscurece a nítida conclusão de que a defenestrado Jubes não basta.

Nem mesmo pode ser interpretada como um ato inicial de penitência, no arrependimento de feios pecados.

Dá mais a impressão de ato isolado, imposto a contragosto, sob pressão da imprensa, da sociedade e, principalmente, do medo da repercussão corrosiva da passividade com o intolerável.

É melhor não cultivar ilusões. Hoje, amanhã, no restante de legislatura decepcionante, a Câmara continuará a mesma, reincidindo nos mesmíssimos desregramentos e desmandos.

Uma única cassação não limpa o plenário das manchas que o poluem. Pois, a própria sessão de cassação registrou cenas deprimentes do mais explícito cafajestismo.

O Congresso está necessitando um banho de voto. Mas, não foi o voto equívocado, o voto em branco, o voto nulo, o voto negado no protesto inútil da abstenção que elegeu este Congresso de fim de festa?

Claro, mas o voto depende do eleitorado. E só se aprende a votar, praticando. Errando, tentando de novo, até acertar.

Não dá para desistir.

Uma cassação não limpa o plenário das manchas que o poluem. A própria sessão registrou cenas do mais explícito cafajestismo